



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

Décima Segunda Reunião - Quadriénio de 2021 – 2025

ATA N.º 12

Aos doze dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia em sessão ordinária, no Auditório da Junta de Freguesia da Vila da Madalena, sito na Rua António Francisco de Sousa número quatrocentos e noventa e um, da Vila da Madalena, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, Sr. Jaime Filipe, e secretariado pela D. Ana Maria Pinto de Sousa, Primeira Secretária, e pelo Sr. Rui Oliveira, Segundo Secretário. _____

A Assembleia de Freguesia tinha a seguinte composição: em representação da CDU, Ângela Moreira; em representação do Unidos pela Madalena, Eduardo Loureiro e Joaquim Gomes; em representação do PSD, António Domingos Barbosa, Manuela Santos e Joaquim Sousa em substituição de Mário Duarte; em representação do PS, Jaime Filipe, Ana Maria Sousa, Bruno Oliveira, Rui Oliveira, Fernanda Almeida, Adelaide Santos, em substituição de Cristiana Pereira, e Alice Moreira, em substituição de Cláudia Vilas Boas.

Estiveram também presentes o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Miguel Almeida, e os membros do executivo, Juliana Rangel, Júlia Rodrigues e Adriano Gandra. _____

A Assembleia tinha a seguinte ordem de trabalhos:

1. Período de intervenção do público.
2. Período antes da ordem do dia.
3. Período da ordem do dia:
 - 3.1. Leitura, análise e votação das atas das sessões anteriores;
 - 3.2. Apreciação, discussão e votação das opções do plano e orçamento para 2024, nos termos da alínea a) n.º 1 artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
 - 3.3. Apresentação, discussão e votação do Mapa de Pessoal/2024, nos termos da alínea a) n.º 1 artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
 - 3.4. Proposta de autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais, nos termos previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, e do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual;
 - 3.5. Análise, discussão e votação da proposta do Executivo para contratação de empréstimo de curto prazo ou abertura de crédito de acordo com o disposto no n.º 1, art.º 55 da Lei 73/2013 de 03 de setembro;
 - 3.6. Toponímia - Proposta a submeter à Câmara Municipal - al. w) n.º 1 art.º 16 da Lei 75/2013);
 - 3.7. Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade referente ao período de setembro a dezembro e situação financeira da freguesia, nos termos da alínea e) n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
4. Segundo período de intervenção do público.



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

Verificadas as presenças e substituição dos elementos ausentes, certificou-se a existência de quórum para que a reunião ocorresse. Depois de cumprimentar os elementos da Assembleia de Freguesia, os elementos do Executivo e o público presente, o Sr. Presidente da Assembleia, Jaime Filipe, antes de dar início à reunião, solicitou aos presentes a devida autorização aos membros das bancadas para nomear o Sr. Rui Oliveira para segundo secretário, tendo esta anuído. Em seguida, fez referência ao facto do Sr. Vítor Ventura se encontrar doente, tendo endereçado, em nome de todos, as rápidas melhoras. Prosseguiu com a leitura da convocatória e respetiva ordem de trabalhos, tendo aproveitado para apelar, como é seu hábito, para o sentido de responsabilidade de todos e para que as intervenções sejam sucintas, claras, e com a elevação de discurso necessário, já que os assuntos a tratar, e que visam já o ano de 2024, são em número considerável, pelo que, referiu, gostaria de ver os tempos de intervenção respeitados por todos os intervenientes. Posteriormente, informou o público presente da reunião de líderes realizada no dia seis, em preparação da presente assembleia, tendo também sido mencionada a elaboração do programa dos 50 anos do 25 de abril de 74. Acrescentou que já foram realizadas quatro reuniões sobre esse assunto, tendo deixado o seu agradecimento pelos contributos recebidos. Salientou ainda o convite recebido da parte do Executivo para as festividades da Casa Natal, que foi dinamizada entre os dias 1 e 3 e 8 e 10 de dezembro, onde se realizaram muitas atividades para crianças, música, cultura, animação, lazer, cartas ao Pai Natal, praça de alimentação e também a participação de associações, loja da paróquia e ação social. Deixou um agradecimento especial ao grupo de voluntários que se envolveu na dinamização desta iniciativa.

Em seguida, e no que a convites diz respeito, o Sr. Presidente da Assembleia referiu o convite para o aniversário do Ideal Clube Madalenense, para o Grupo Folclórico e também para o Orfeão da Madalena, na sessão solene da passada sexta-feira. Realçou algumas das atividades do Orfeão, após a assembleia de setembro, nomeadamente, a deslocação do Coro Sénior aos Países Baixos, em outubro, a grande movimentação da Academia Sénior do Orfeão. Referiu, ainda, a nova atividade Boccia, com o título alcançado a nível nacional, na semana passada no pavilhão do Atlântico da Madalena, o forte dinamismo da Academia de Teatro do Orfeão da Madalena e, também, a atividade intensa do Clube Atlântico, com o vólei e o ténis de mesa. Acrescentou as realizações do Ideal Clube Madalenense, bem como da Fanfarra Juventude da Madalena, com bastantes saídas. Salientou a celebração dos 22 anos do Grupo Folclórico bem como a sua



Handwritten initials and a signature in blue ink.

Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

participação em espetáculos e desfolhadas. Terminou estas informações enfatizando a iniciativa promovida no dia um de novembro, juntamente com a Junta de Freguesia da Madalena, de homenagem aos sócios falecidos. Em seguida, referiu o lançamento da segunda edição do “Notícias da Madalena”, desta feita em formato *online*, com apenas alguns exemplares em papel, embora muito poucos. Manifestou o seu pesar pelo falecimento do ex-presidente da Junta de Freguesia da Madalena, Sr. Francisco Leite, em outubro do corrente ano.

Finalmente, lembrou a importância que assumem as reuniões públicas do Executivo na última segunda-feira de cada mês, tendo acrescentado que, no futuro, é sua intenção apelar à participação não só dos fregueses da Madalena, mas também dos membros da bancada, que também podem participar e, do seu lugar, interpelar o Presidente do Executivo.

Terminada esta intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia deu início à ordem de trabalhos propriamente dita, nomeadamente ao ponto um:

1. Período de intervenção do público.

Não havendo inscrições da população, passou-se ao segundo ponto da ordem de trabalhos:

2. Período antes da ordem do dia.

Após a devida autorização, interveio a representante da CDU, Ângela Moreira, que cumprimentou os presentes. A representante referiu que trouxe consigo uma proposta de recomendação enviada ao senhor Presidente da Assembleia de Freguesia e aos líderes de bancada intitulada «Pelas Respostas Urgentes aos Problemas da Nova Rede Metropolitana de Transporte Rodoviário». Ângela Moreira afirmou que, considerando que o debate em torno da Nova Rede Metropolitana «Unir» ficara marcado pela opção política da Área Metropolitana do Porto (AMP) de divisão do território em lotes, para entrega a operadores privados, tal opção remeteu a operação dos STCP, essencialmente ao serviço da cidade do Porto, desvalorizando a potencialidade do operador público com participação intermunicipal e presença em seis municípios. Referiu ainda que a preparação da implementação da nova rede não foi alheia a problemas processuais,



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

designadamente por questões judiciais, que tiveram impacto, e que o debate acerca da rede de transportes metropolitana ficou marcado por sucessivos avisos sobre a necessidade de preparação técnica adequada, designadamente na AMP, bem como pela contínua reivindicação das populações do seu direito de transporte público de qualidade. Acrescentou que o arranque da operação da nova rede metropolitana ficou marcado por graves problemas, entre os quais mencionou as carreiras suprimidas, os percursos alterados, os horários modificados ou suprimidos, a ausência de informação, os tempos de espera que chegaram às duas horas, o recurso forçado dos utentes ao serviço de táxi ou ao transporte pessoal, bem como motoristas com jornadas de trabalho de doze horas e sem formação adequada. Comentou, em seguida, o facto de a intensidade dos referidos problemas ter sido classificada como solavancos de menor impacto e previsíveis no início de uma operação complexa. Aditou, em terceiro lugar, que as Juntas de Freguesia, enquanto órgãos de representação de proximidade de defesa dos interesses públicos, devem ser ouvidas e convocadas pelas entidades competentes e responsáveis pela implementação da rede. Comunicou, ainda, que a Assembleia de Freguesia da Madalena, reunida em sessão ordinária, a 12 de dezembro de 2023, recomenda à Junta de Freguesia que, em primeiro lugar, reporte às entidades competentes a criação de soluções informativas, organizadas de forma articulada com a AMP, Câmara Municipal de Gaia, as Juntas de Freguesia e o operador de transportes, que permitam uma comunicação mais eficaz, quer na informação aos utentes, quer na recolha e encaminhamento de reclamações e monitorização do serviço prestado, para posterior consideração e resposta, com vista à sua adequação, e, em segundo lugar, a difusão de informação mais detalhada relativa a itinerários de várias carreiras, com mapas e paragens servidas, complementando a informação com especial atenção aos utentes que não dispõem de recursos digitais de informação. Salientou a dificuldade de consulta dos horários, apresentados em mais de cem páginas. Em terceiro lugar, solicitou a contínua aferição do serviço prestado com o estudo de reforço do acesso a serviços essenciais, onde ainda se verifiquem lacunas e, finalmente, em quarto lugar, o cumprimento integral do caderno de encargos do concurso público que esteve na base da concessão do serviço de transporte.

Antes de terminar, Ângela Moreira lembrou aos presentes o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, a 3 de dezembro, que, na sua opinião, se encontra esquecido pela grande maioria das pessoas, mesmo dos grupos parlamentares na Assembleia da República. Salientou a importância de se falar da deficiência até que o termo inclusão seja abolido,



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

já que, defendeu, ao dizer-se que tem de haver inclusão para pessoas com deficiência, está-se a descartar essas pessoas dos seus direitos, tendo terminado a sua intervenção. ____

Foi dada a palavra ao Unidos pela Madalena, na pessoa de Joaquim Gomes que, tendo cumprimentado os presentes, fez referência ao conjunto de propostas que havia sido apresentada pela sua bancada na assembleia anterior e que ficara de ser votada na presente. Não obstante, referiu que passados dois a três dias da apresentação da proposta referente aos semáforos, a situação fora resolvida, pelo que não faria sentido apresentar exatamente a mesma proposta. Joaquim Gomes propôs, não para votação, mas como sugestão ao Executivo, a colocação de um espelho, no entroncamento entre a Rua das Borelas e a Rua do Monte, no sentido oposto ao da Rua do Loureiro, dado tratar-se de uma zona de fraca visibilidade e, como tal, propensa a acidentes durante o dia. Acrescentou que, além do que estava proposto e que se referia à passadeira e à iluminação do sinal para inverter a marcha, no que se refere ao semáforo, e caso seja alterado o intermitente como está atualmente, mantêm a proposta inicial, salientando tratar-se apenas de uma sugestão a implementar se o Executivo assim o entender. _____

Terminada esta intervenção, o senhor Presidente da Assembleia interveio para mencionar que a proposta apresentada e a que se referiu Joaquim Gomes foi muito bem acolhida e seria tida em conta para análise na próxima assembleia. _____

Seguidamente foi dada a palavra ao senhor Eduardo Loureiro, dado ainda estar dentro do período de intervenção da sua bancada. Assim, Eduardo Loureiro cumprimentou os presentes e comunicou a preocupação e o pedido de uma freguesa, que se prende com os cursos de água e o aumento da pluviosidade nesta época do ano, que aumenta o caudal na ribeira em Nazarões, devido ao solo estar impermeável com toda a zona industrial que existe a montante. Acrescentou que considera que pouco mais se pode fazer do que monitorizar a situação e encaminhar, devendo-se, não obstante, atender às solicitações da freguesa a quem essa situação preocupa. Terminou referindo que, da sua experiência, quando é solicitada intervenção para situações emergentes, a resposta é dada na hora, bem planeada e com sucesso no socorro. Nesse sentido, considerou que o senhor Presidente da Junta saberia bem o que era necessário fazer em relação ao problema, pelo que atuasse como é seu hábito, fosse ao local e interviesse, já que os Madalenenses e a sua bancada registavam essa postura com muito agrado. Continuou referindo-se a outra situação que

195



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

afeta todos, nomeadamente, as pessoas com mobilidade reduzida, jovens, menos jovens, homens, mulheres, e que se relaciona com a retirada dos abrigos no apeadeiro, na sequência das obras que estão a decorrer na zona, expondo todos aos elementos. Nesse sentido, quem tem de apanhar o comboio, quase em Coimbrões, para ir para sul está sujeito à intempérie, porque não tem possibilidade nenhuma de se abrigar, mesmo com guarda-chuva. Acrescentou que ele próprio já teve essa experiência. Terminou salientando que este se trata mais de um alerta e de uma constatação, para que o Presidente possa fazer chegar aos responsáveis que gerem estas situações a posição dos Madalenenses, já que é ele quem os representa. _____

Terminada esta intervenção, foi dada a palavra à bancada do PSD, na pessoa de Domingos Barbosa, que, após cumprimentar os presentes, começou por referir que trazia apenas algumas perguntas que gostaria de ver esclarecidas pelo Presidente da Junta e Executivo, deixando a parte mais técnica para o seu técnico de contas, o senhor Joaquim Sousa. _____ Neste sentido, colocou a sua primeira questão que se prendeu com o mirante, nomeadamente, em que situação se encontra a requalificação, o que já está feito e quando o vão fazer. A segunda questão prendeu-se com o projeto do auditório da Madalena, nomeadamente, para questionar em que fase se encontra, quais os *timings* de execução e quais as intenções da Câmara de Gaia face a esse assunto. A terceira questão referiu-se ao elevado fluxo de migração estrangeira na Madalena, de comunidades brasileiras, marroquinas e outras, sendo que algumas manifestam comportamentos que inspiram alguma preocupação ao nível da segurança, tendo já o próprio experienciado uma situação. Neste sentido, questionou o Presidente sobre se tem dado alguma atenção a esta questão e se desenvolveu algum contacto com as forças policiais. Quis saber ainda se entende haver algum motivo de preocupação ou se isso não carece de preocupação alguma. A última questão colocada referiu-se ao cemitério. Tendo constatado o surgimento de cartazes a anunciar o abandono de alguns jazigos, Domingos Barbosa questionou sobre o procedimento a adotar nessas circunstâncias. Deu como exemplo o jazigo da família Kate Jones, que apresenta uma certa beleza pela imponência das cruzeiras históricas que ostenta. Salvaguardando que não era sua intenção fazer desta família mais do que as dos restantes Madalenenses, salientou o facto de esta ter cedido a preços que denominou “simpáticos” o edifício centenário da Casa das Tílias, pelo que, no seu entender, merecia um especial respeito. Neste sentido, perguntou ao Presidente da Junta se haviam sido tomadas todas as diligências para se perceber se o jazigo, esse e outros, se



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

encontravam verdadeiramente abandonados ou se apenas não teriam a manutenção semanal daqueles que têm intervenção dos locais. Deu, ainda, como exemplo, as viaturas abandonadas na rua, as quais só lá deveriam estar por um período de aproximadamente oito dias e estão-no oito meses e oito anos e, só quando se apercebem que estão há demasiado tempo, as rebocam para parques municipais, mas não tomam posse delas, antes contactam o anterior dono, se existir, para que vá retirar a viatura, se não é que vão para abate, sendo esse o procedimento normal. Acrescentou que desconhece se esse é o objetivo da Junta, colocar lá o papel e, se ninguém reclamar, ficar com a posse direta dos jazigos. Acrescentou acreditar que não será essa a intenção, mas aguardaria resposta. ____

Terminada a intervenção de Domingos Barbosa, foi dada a palavra à bancada do PS, na pessoa de Bruno Oliveira, que, cumprimentando os presentes, apresentou um voto de pesar pelo falecimento do senhor Francisco Leite, (anexo I) anterior Presidente da Junta de Freguesia da Madalena, a quem descreveu como uma pessoa de personalidade forte e assertiva, defensor da cultura, identidade e dos valores locais. Salientou que o mesmo voto foi subscrito também pelas bancadas do PSD e da CDU. Terminou referindo que, apesar de ter outras declarações a fazer, especificamente em relação à moção da CDU, gostaria de as deixar para um momento posterior, dada a representatividade da sua intervenção. _____

Em seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, Miguel Almeida, que, tendo cumprimentado todos os presentes, passou a responder às questões colocadas, tendo optado por começar por responder à questão colocada por Domingos Barbosa, acerca do cemitério. Salientou que a leitura do regulamento do cemitério ter-lhe-ia permitido esclarecer a sua própria questão, elucidando que o termo *abandonado* não se aplica à vontade expressa pelo Presidente da Junta, nem ao facto de estar decorado com flores, e sim ao estado de ruína em que o jazigo se encontra e é visível aos olhos dos que por lá passam. Acrescentou que o mesmo se encontra em risco de desmoronamento e que já foram feitas muitas tentativas de contacto com a família, por diversas vias. Nesse sentido, serve o sinal colocado como reduto para que algum conhecido ou amigo da família o veja e avise a família para entrar em contacto com a Junta. Mais informou que quem contactou a Junta foi um advogado, que referiu que a proprietária quer vender o jazigo, desconhecendo, no entanto, que o regulamento não permite a venda intervivos, o que causa uma certa fricção. O Presidente esclareceu, ainda, que a lei se aplica a todos,

197



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

independentemente da sua representatividade na comunidade ou no país. Por outro lado, findo o prazo do Edital e de todo o processo que custa dinheiro à Junta, não havendo intervenção da família, este retorna à propriedade da Junta de Freguesia. Informou, também, que se encontra a decorrer, à semelhança do ano anterior, um processo de legalização de sepulturas, tendo-se feito um levantamento de sessenta e seis sepulturas que estão em situação irregular, pelo que a Junta está a fazer um grande esforço, através de vários meios, para repor a legalidade da situação. _____

No que se refere à questão colocada sobre as comunidades de imigrantes, o senhor Presidente começou por referir que convidaria o senhor Domingos Barbosa a visitar a Comissão Social de Freguesia, da qual recebe por trimestre um relatório, sendo que o último se referia exatamente a esta questão. Em seguida, informou que na Madalena existe uma comunidade de imigrantes identificada, com cerca de sete ou oito famílias brasileiras, não existindo qualquer problema de segurança reportado, sendo que os filhos estão devidamente integrados nas escolas e os adultos na sociedade. Terminou este assunto referindo que se interessa sobre tudo o que se passa com a freguesia, e acrescentando que grande parte do mobiliário da casa desses senhores foi fornecida pela Junta da Freguesia, através do espaço solidário, o que revela que a Junta conta com eles e eles contam muito com a Junta. _____

Quanto ao auditório do Orfeão da Madalena, o Presidente referiu que foi a Câmara de Gaia quem o anunciou e mostrou o projeto e não o Presidente da Junta. Acrescentou que, tanto quanto sabe, este está em andamento, no entanto, deverá haver novidades muito em breve, já que está prevista uma assembleia do Orfeão para tratar desse assunto, à qual Domingos Barbosa poderá aceder e ouvir o que lá se tratar. _____

No que se refere ao mirante, o Presidente mencionou que o término da obra seria agora trinta e um de janeiro e não trinta e um de dezembro, como estava previsto anteriormente e que a ideia seria, no final da obra, transladar o mirante de onde ele estava antes para outro local, pelo que se encontra guardado até poder ser colocado no local certo. _____

Acrescentou que, quanto aos abrigos das Infraestruturas de Portugal (IP), aqueles já instalados são, de facto, minúsculos, sendo que, na Madalena, ainda não estão instalados, mas trata-se de um problema transversal, já apresentado à Câmara de Gaia, pelo que, considerou, não deverá sofrer muitas alterações. _____

No que se refere à situação das águas na Ribeira de Nazarões, o Presidente da Junta referiu que se deslocou ao local e falou com os residentes, tendo-os levado a refletir sobre a verdadeira questão que leva aos problemas com a subida das águas e que se prende com



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

as construções de barracos e garagens que afetam e apertam o curso da água, bem como o facto de terem cimentado o leito da ribeira. Nesse sentido, terá sido a sua própria ação que agora os condiciona com o problema das águas. Há um preço a pagar pela interferência com o curso normal da água, em especial quando chove abundantemente. Quanto ao espelho da Rua de Borelas, foi referido que o problema está resolvido e, no que se refere aos semáforos, a solução vai ser muito próxima ao proposto, pelo que considerou que faz sentido que não se coloque aquela proposta. _____

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Junta, Miguel Almeida, foi dada novamente a palavra à bancada do PSD, na pessoa de Domingos Barbosa, tendo este começado por referir que, apesar de ter prometido que não voltaria a intervir, se sentia impelido a fazê-lo pelas circunstâncias da resposta dada pelo Presidente. Assim, começou por esclarecer alguns equívocos que, no seu entender, foram cometidos pelo Presidente da Junta, aquando da sua intervenção. Referiu que não havia necessidade de o Presidente ter recorrido a tantos adjetivos para fazer sobressair a sua capacidade de resposta e tentar minimizar ou incapacitar as pessoas que ali estavam representadas, salientando que é seu hábito fazê-lo, e que isso não lhe fica bem, nem tem necessidade de o fazer. Apontou, também, como hábito/defeito do Presidente da Junta o facto de este não perceber as coisas ou confundi-las ou fazer que as confundam ou não as querer perceber. Sobre isto, reforçou que não disse na presente assembleia, relativamente à questão das comunidades, que o senhor Presidente não lhe dava importância e sim que dava de certeza tanta importância quanta a bancada do PSD. Acrescentou, relativamente à questão do Orfeão da Madalena, que também não dissera que fora o Presidente quem apresentou com pompa e circunstância, disse que esteve, na altura da apresentação, o Executivo Camarário, e que foi o Executivo Camarário com pompa e circunstância que o fez, pelo que gostaria que tivesse mais atenção nas respostas, já que teve sempre o cuidado de dizer que estava aqui a fazer perguntas, não estava a fazer críticas. Acrescentou que tem muito respeito e quando pergunta, quer saber. Na questão do cemitério, referiu que o Presidente pode ter razão quando disse que deveria ter lido os regulamentos, no entanto, salientou que não precisava de dizer que quem ocupa um cargo destes tem de saber tudo, porque, acrescentou, o próprio não é profissional disto, nem ganha nada com isso. Neste sentido, concluiu que não fica muito bem, ao Presidente, o estilo de respostas que dá. _____



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

Em resposta a Domingos Barbosa, o Presidente Miguel Almeida referiu que a adjetivação era essencial, já que tinham acabado de perceber que Domingos Barbosa não lera o regulamento, o que, na sua opinião, era grave. Acrescentou que podia não ler no início, quando se candidatou, porque não era profissional, referindo que também ele não o era, nem nenhum dos que ali se encontravam, pelo que, não era grande argumento o seu. Não obstante, quando lhe suscitaram essa questão, a propósito da família Jones, deveria ter lido, devia estar preparado. Quanto à questão de a Câmara de Gaia mostrar o projeto, salientou que apenas quis precisar que quem apresentou o projeto foi o senhor Presidente da Câmara e não ele próprio. _____

Terminada esta intervenção, foi dada a palavra à bancada do Unidos pela Madalena, na pessoa de Eduardo Loureiro, que começou por agradecer as palavras e reconhecimento do Presidente da Junta de Freguesia, no que se refere às intervenções e ao trabalho notável e excelente dos seus companheiros, no que concerne à ajuda para regularizar e minimizar os efeitos do trânsito com a nova artéria. Em seguida, referiu que tem conhecimento de que num curso de água, independentemente da distância temporal, desde que ele seja atropelado, desde que ele seja adulterado, obviamente isso se reverte em efeitos nefastos para quem está, quer a montante, quer a jusante. Sabendo também que, mercê da conveniência pessoal das pessoas que coabitam com esses cursos de água, adulteram o seu normal curso. Sobre isto referiu algum saudosismo no que se refere à fiscalização nessa área, não só pela importância ecológica tremenda, mas também pelas consequências que daí advêm. Verificando-se esse problema também noutras ribeiras, o senhor Loureiro solicitou ao Presidente da Junta que explicasse aos presentes como está a lidar com essas situações. _____

Expôs, em seguida, o seu apreço pelo que foi dito em relação aos abrigos e referiu-se aos incómodos que as Infraestruturas de Portugal estão a causar, até em termos de segurança, aos Madalenenses, sendo que a questão fundamental consistia em perceber durante quanto mais tempo é que a população, que necessita daquele meio de transporte, vai ter de apanhar com a intempérie. _____

O Presidente respondeu dizendo que a obra está prevista terminar a trinta e um de janeiro, com a colocação dos abrigos. _____



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

Não havendo mais nenhuma intervenção das bancadas, o Presidente da Assembleia colocou à votação a recomendação da CDU, pelas respostas urgentes aos problemas da nova rede metropolitana de transporte rodoviário, tendo esta sido rejeitada, por maioria, com 7 votos contra do PS, e 6 votos a favor da CDU, PSD e Unidos pela Madalena. ____

Em seguida, foi feita uma declaração de voto, por Bruno Oliveira, da bancada do PS. Assim, e havendo teor na moção apresentada com o qual a bancada do PS concordou, achou por bem justificar a razão pela qual votou contra. Neste sentido, mencionou que, por um lado, foi tido em consideração ter-se tratado de um concurso público, com uma série de constrangimentos, entre os quais o facto de ter sido alvo de oito impugnações por parte dos restantes candidatos, pelo que os atrasos no processo de implementação da nova rede seriam inevitáveis. Por outro lado, mencionou que as licenças que estavam em vigor dos operadores que circulavam na estrada estavam a terminar e não poderiam ser renovadas a partir de três de dezembro. Assim sendo, referiu que restavam duas possibilidades à AMP, a saber, não deixar a Unir vir para a rua e ficar apenas a STCP a operar, o que seria, no seu parecer, mais caótico; ou permitir à Unir operar e dar resposta ao serviço de transportes públicos. Optou-se pela segunda hipótese, apesar de todas as limitações apresentadas, fruto do curto período de tempo que a empresa teve para se preparar, porque só em meados do presente ano é que se verificou a conclusão do concurso, permitindo ao próprio operador executar operações de muitos milhões de euros, nomeadamente, para a compra de centenas de autocarros, importados, muitos deles. Acrescentou que as críticas referentes à pintura ou ao facto de o *software* ainda estar em sueco têm razão de ser, mas refletem, novamente, o curto período existente para a preparação de todo o processo. Por outro lado, referiu os outros concursos secundários, de natureza pública, que também condicionam a operação e a atuação da Unir, e que se prendem, a título de exemplo, com a identificação das paragens e que implicam a encomenda de milhares de elementos de sinalética. Com base no exposto, olhando para a proposta da CDU e compreendendo que as populações estão insatisfeitas, mencionou que é preciso recordar os Madalenenses que o serviço anteriormente prestado pelos operadores privados estava em franca degradação. Além disso, reforçou a convicção de que o serviço prestado pela Unir vai melhorar com o tempo. ____

Em seguida, abordou de forma resumida a moção, e no que se refere ao seu ponto um, Bruno Oliveira referiu a divisão de território em lotes pela AMP como um aspeto positivo, já que reflete a forma política que a Área Metropolitana do Porto arranjou para conseguir

201



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

que não houvesse o monopólio dos transportes em toda a área metropolitana nos 17 municípios que serão servidos pela Unir. Seguidamente, revelou a total discordância do PS no que se refere ao ponto dois da moção apresentada, e que alude aos STCP. Em primeiro lugar porque, na Madalena, a operação dos STCP não sofreu qualquer alteração, não tendo, de todo, ficado circunscrita à cidade do Porto. Não obstante, esclareceu que há imperativos legais que determinam a percentagem da operação dos STCP fora do Concelho do Porto, pelo que, quando se diz que os STCP é que deviam, enquanto serviço público, operar, há que ter em conta as condicionantes legais.

Já no que se refere à reivindicação sobre a supressão de carreiras, foi chamada a atenção para o facto de algumas carreiras não terem sido suprimidas e sim incluídas noutras, que passaram a ter um trajeto mais longo. No que concerne à formação dos motoristas, foi dito que, por falta de motoristas nacionais, foram contratados motoristas de outras nacionalidades, nomeadamente, cabo-verdianos, e portanto, fruto dos tais constrangimentos temporais dos próprios concursos públicos e das impugnações em tribunal, estes tiveram cerca de um mês para formação, pelo que não será expectável que tudo decorra sem percalços nos primeiros tempos. Reiterou, no entanto, a esperança de que as situações vão melhorar com o tempo. No que se refere ao ponto três, considerou que o Presidente da Junta seria quem melhor poderia responder a este ponto, não obstante ter referido que, por mensagem pública do Presidente da Câmara, estavam já previstas uma série de reuniões de colaboração entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, para solucionar essa questão que defende que as Juntas devem ser ouvidas e convocadas pelas entidades competentes.

Concluiu dizendo que o que a proposta em si recomenda, no fundo, é trabalho que já está a ser feito. A Câmara Municipal, com o Departamento de Mobilidade e o próprio Gabinete da Presidência estão já a analisar as reclamações que chegam e, portanto, o trabalho está a ser feito.

Em seguida, foi dada a palavra a Ângela Moreira da CDU, que solicitou uma declaração de voto. Neste sentido, afirmou que compreende o direito ao voto contra, já que é do debate que nascem decisões importantes. Acrescentou que as declarações de Bruno Oliveira reforçaram aquilo que foi dito, de que o serviço público de transportes funcionava mal, no entanto, quando se muda, espera-se que essa mudança seja para melhor, o que não aconteceu, pelo que a moção serve o propósito de se tentar melhorar. Referiu, ainda, que acompanhou o trajeto feito, pelo menos naquilo que veio a público, e



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

que considera estarmos muito mal servidos de transportes, pelo que, quando se pede que a Junta seja ouvida, sugere-se que o seja com as reivindicações da população, para que se resolva este problema que é grave. Usou como analogia a reunião da COP28 no Dubai, para tratar de questões ambientais, tendo os seus representantes viajado de avião e poluído o ambiente no processo. Concluiu dizendo que é preciso resolver o problema, para que as pessoas possam deixar os carros em casa. Não obstante, reiterou tratar-se da sua proposta, aceitando, perfeitamente, o voto contra e que fique registado em ata. _____

Seguidamente foi dada a palavra ao Presidente da Junta, Miguel Almeida, que esclareceu que o Presidente da Câmara criou uma espécie de gabinete de crise que, toda as semanas, fala com o Presidente da Junta, com o Diretor do Agrupamento de Escolas e com variadas entidades para questionar sobre o que está mal e auscultar com alguma regularidade. ____

Tomou a palavra Eduardo Loureiro, pelo Unidos pela Madalena, para justificar que o voto a favor da proposta da CDU se deveu ao facto de serem coerentes, terem razoabilidade no seu raciocínio e não terem disciplina partidária. Acrescentou que todos constataam que uma alternativa tem de ser para melhor e que, antes de se implementar uma medida, tudo tem de estar no sítio. Além disso, quando se responde e se ganha um concurso público é porque todos os requisitos foram cumpridos até à entrada em funcionamento do novo serviço. Referiu o seu próprio exemplo e o da sua família e a possibilidade de recurso ao telemóvel, para se manter atualizado, ao minuto, quanto aos horários dos STCP, acrescentando que o mesmo não acontece em relação à Unir, que tem uma carreira que leva à Casa da Música, mas ninguém sabe a que horas passa. Salvaguardou a situação de eventuais Madalenenses que podem não ter telemóvel ou acesso à Internet. Referiu, por outro lado, que além de estarem descaracterizados, os autocarros da Unir falam em sueco e não em português. Pelo exposto, e em representação de todos os companheiros de cidadania, disse que era preciso lutar, reivindicar e apontar o que está mal e que afeta as pessoas, porque o seu interesse são as pessoas e não os partidos, contrariamente à falta de razoabilidade evidente de alguma obediência política que tenta desculpar o que não tem desculpa nenhuma. _____

Foi dada a palavra à bancada do PS, na pessoa de Fernanda Almeida que, após cumprimentar os presentes, referiu que queria dar razão aos que estão um bocadinho indignados com a situação dos transportes, salientando que todos estão. Não obstante,



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

ressalvou que existe uma diferença entre os que são mais tolerantes, devido talvez à sua maior resiliência e, por isso, aguardam que as coisas melhorem e acreditam que vão melhorar, porque estão mais munidos de informação, e não porque votem pela mesma cartilha. O voto do grupo do PS reflete o facto de todos terem aproximadamente as mesmas ideologias, as mesmas tendências nas coisas de que gostam e naquelas com as quais discordam. No que se refere ao projeto Unir, lembrou que se trata de uma empresa que ganhou um concurso público que reunia os requisitos para o efeito. Lembrou alguns aspetos referentes a este concurso que trouxeram constrangimentos ao avanço normal do processo, informando que, no que se refere aos motoristas, a Unir tentou contratá-los, mas estes recusaram, pelo que foi necessário recrutar motoristas a Cabo Verde e Angola, trazê-los e às suas famílias para Portugal e treiná-los nos percursos, o que representa uma ação imensa para dar resposta e executar o projeto. Deu ainda como exemplo a pintura e a informação inscrita em sueco, reforçando que se tratava de elementos secundários face à prioridade de colocar os transportes a circular nas ruas e a servir as pessoas. Rematou dizendo que é preciso manter a esperança na melhoria das condições do serviço, já que todos os esforços estão a ser envidados para ouvir todos e resolver todos os problemas a seu tempo. Defendeu, ainda, que o processo é moroso, é o povo que sofre, mas que o município está a fazer o esforço para resolver e, tal como já aconteceu com outros projetos lançados pela Câmara de Gaia, dos quais se falava muito mal, e que atualmente são referência para outros concelhos, também a Unir vai certamente ficar melhor e orgulhar todos e servir os Madalenenses da melhor maneira.

Terminado este ponto, passou-se à votação do Voto de Pesar, que foi aprovado por maioria, com 13 votos a favor e com 2 abstenções do Unidos pela Madalena. Nesta altura, foi feito um minuto de silêncio, tendo os elementos da bancada do Unidos pela Madalena se ausentado, por sua iniciativa.

3. Período da ordem do dia: _____

3.1. Leitura, análise e votação da ata n.º 9 de 28.06.2023 e ata n.º 11 de 18.09.2023.

Tomou a palavra o senhor Presidente da Assembleia, Jaime Filipe, que explicou que as atas em análise são as atas número 9, de 28 de junho de 2023, uma ata em atraso, e a ata número 11, de 18 de setembro de 2023. Acrescentou que a ata número 9, devido à ausência da segunda secretária, foi redigida por outra pessoa do PS, neste caso pela

204



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

Cristiana Pereira, tendo ocorrido um lapso de *timing*, na entrega da *Pen* para a redação da mesma. Os membros das bancadas desta Assembleia foram devidamente informados, com um pedido de desculpas. Mais informou que essa ata, que foi enviada muito em cima da hora, ainda sofria de algumas lacunas, que, mediante solicitação dos vários intervenientes, foi revista e atualizada em conformidade. Tendo em conta o exposto, foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. _____

No que concerne à ata número 11, de 18 de setembro de 2023, esta foi aprovada por unanimidade. _____

3.2. Apreciação, discussão e votação das opções do plano e orçamento para 2024, nos termos da alínea a) nº 1 artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. _____

Neste ponto da ordem de trabalhos, foi dada a palavra ao Presidente do Executivo, Miguel Almeida, que referiu que o orçamento de 2024 prevê um aumento de cerca de 90 mil euros, e que grande parte desse valor será absorvido por aumentos salariais, atualizações de carreiras entre outros, pelo que não ficará muito para a vontade de fazer coisas. Neste sentido, afirmou que há um subfinanciamento das autarquias locais, não sendo a Madalena exceção. Continuou dizendo que este orçamento mais não é do que a continuidade da política de quase de sobrevivência que tem sido seguida nos últimos tempos e, portanto, não trará grandes novidades. Nesse contexto, no seu entender, será sujeito às críticas do passado, da mesma forma como será sujeito aos elogios do passado. Não obstante, mostrou a sua disponibilidade para responder às perguntas que a presente Assembleia entendesse por bem colocar, para esclarecer algumas dúvidas. _____

Foi dada a palavra à bancada da CDU, tendo Ângela Moreira começado por salientar a valorização da parte cultural. Em seguida, e admitindo o facto de não ser técnica de contas, pelo que poderá ser erro seu, solicitou um esclarecimento quanto à mensagem do Presidente na sua terceira página, onde refere que o valor das transferências do Orçamento do Estado para a freguesia da Madalena cresce cerca de 15%, representando um aumento de 19.903. Acrescentou que o Presidente, quer na reunião do Estatuto do Direito de Oposição, quer na presente Assembleia falou em 90 mil euros. Neste sentido, solicitou uma explicação sobre a diferença entre os números apresentados. Terminou esta questão dizendo que mesmo com um aumento de 15%, recebeu-se menos do que no ano transato, _____

205



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

com um aumento de 10%, que, na sua opinião, se poderá dever ao facto de se ter recebido acima de quarenta euros a mais, devido a dinheiro de obras de algo que não especificou. Continuou salientando que a sua bancada notara que o presente orçamento não contém uma rubrica para as eleições, sendo que, no presente ano, vão decorrer dois atos eleitorais, um para o Parlamento Europeu, outro para as Legislativas. No que se refere à reabilitação da Casa das Tílias e melhoramento do edifício da Junta de Freguesia, solicitou informação sobre o que é que está previsto, já que a sua bancada também não vê no orçamento uma verba que se encaixe neste melhoramento. Ângela Moreira congratulou-se com o facto de o orçamento apresentar duas propostas que a CDU expôs na reunião do Estatuto de Direito de Oposição, sendo uma delas o pugnar pelo cumprimento das determinações legais e regulamentares aplicáveis relativamente acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada, no acesso a edifícios e locais públicos. A outra proposta consistia no incentivo ao desenvolvimento de novas áreas pedagógicas com objetivos à inclusão, mormente a criação de grupos de aprendizagem de língua gestual, como forma de encurtar a distância entre surdos e ouvintes e de cumprir a legislação de dar emprego a um docente com surdez.

Seguidamente, abordou o tópico do início da parceria com as políticas de saúde mental, por esta lhes suscitar algumas dúvidas, na medida em que a saúde mental não se equipara a outras áreas da saúde, em que os diagnósticos se sustentam em exames evidentes, dando o exemplo do raio-X na Ortopedia. Acrescentou que inferira da leitura efetuada, que o acolhimento de um psicólogo semanalmente para apoiar a comunidade na freguesia não acarretaria custos, apenas seria cedido o espaço para o funcionamento da atividade. Neste sentido, questionou quem pagaria ao psicólogo, se é atendimento gratuito e como se procederá a seleção das pessoas que tenham necessidades nesse âmbito da saúde mental. Terminou referindo que os agrupamentos de escolas deveriam ter pelo menos um psicólogo e a unidade de saúde local também deveria ter um psicólogo ou psiquiatra que desse resposta à saúde mental. Nesse sentido, colocou a sua dúvida, salvaguardando não se tratar de uma crítica, sobre se não se estariam a substituir ao Estado. Concluiu esta reflexão chamando a atenção para a página 7 onde consta que, para os anos 2025 até 2028, o orçamento é o mesmo, não tendo em conta a inflação.

Em seguida, e no que se refere ao Orçamento de Receita, sobre o redigido na página 6, sobre a transferência de competências, Ângela Moreira referiu que foi pela primeira vez no ano de 2023 que foram transferidas verbas inerentes à Lei 50 de 2018, e foi em 14 de abril de 2022 que foi enviado o *e-mail* para os membros da Assembleia de Freguesia,

206



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

onde era referido que o protocolo de colaboração entre a Câmara de Gaia e a Junta de Freguesia estaria disponível para consulta na Secretaria da Junta de Freguesia. Neste ponto corrigiu que não se tratava de um protocolo de colaboração e sim de um auto de transferência. Continuou referindo ter feito essa consulta no *sítio* da Câmara, a fim de que este pudesse ser apreciado, discutido e votado na sessão de 27 de abril, no ponto 3.8, remetendo para a ata número 3 do presente mandato. Acrescentou que, nessa altura entendiam que, tecnicamente, o documento estava bem feito, era perceptível, mas como havia sido um tema que levantou muita polémica, teve muitos debates, discórdias e suscitou muitas dúvidas, e também pelo facto de ser o primeiro ano a ser implementado, a CDU, nessa altura, como pode ser constatado pela leitura da referida ata, absteve-se. Entretanto, consultaram novamente o documento e, sabendo que a inflação disparou desde abril de 2022, tendo atingido os 7.8% nesse ano, e prevendo o Banco de Portugal que no presente ano atinja os 5.4%, considera que houve um aumento de cerca de 13%, o que, para o valor total anual atualizado, a considerar para efeitos do presente, são superiores a 125.200, portanto mais 2.500 euros, pelo que deveria ser um aumento maior. Continuou colocando uma dúvida referente ao valor das rendas, sendo que, no ano 2023, as rendas com os edifícios eram de 7.650 euros, hoje são de 14.200. Neste sentido, e sabendo que está incluída a renda da Casa das Tílias, no valor de 6.000 euros, perguntou quais são os outros imóveis que rendem estes 7.650 e como é que o Executivo chegou a esse valor.

Mais adiantou que, após leitura comparativa do plano atual com os de anos anteriores, concluíram que a discussão do plano e do orçamento é uma oportunidade para avaliar, pensar e discutir a realidade por edifício que os Madalenenses e os Gaienses enfrentam, bem como a adequação das respostas dadas pelos vários níveis de decisão política. Constatou que o financiamento para dar respostas às necessidades é insuficiente e trata-se de uma situação que, uma vez assumida e reconhecida, não deixa de ser absolutamente inaceitável e que se vem arrastando. A discussão do plano e orçamento tem o mérito de identificar realidades, como a realidade social, pelo aumento do custo de vida e baixos salários, a habitação, pelo aumento das rendas com o aumento dos juros de crédito da habitação, o custo de transportes, a educação, a preocupação com a transferência de competências do Estado central, e a saúde, entre outros. Concluiu referindo a valorização que atribuem às respostas que estão a ser dadas no que concerne à cultura, inclusive o desporto, o recreio, o lazer e tudo o que tem sido feito em volta deste tema, sendo que a cultura é fundamental e, sem pôr em causa o trabalho e a seriedade do Executivo, não



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

obstante, pelo exposto anteriormente, e porque muito do que está no orçamento não se identifica com muitas das propostas que a CDU fez, referiu que teriam que votar contra este orçamento. _____

Concluída a intervenção da CDU, o Presidente da Assembleia deu a palavra à bancada do PSD, tendo Joaquim Sousa cumprimentado todos os presentes e dado início à sua intervenção referente a este ponto. Neste sentido e referindo que compreende que as discussões políticas em algumas coisas são mais importantes, na sua opinião, o orçamento é sempre a peça mais importante, já que é lá que estão traçadas as opções que o Executivo toma em função das receitas que tem esperadas e, naturalmente, das despesas que prevê ter. Neste sentido, defendeu que se tratando de um orçamento, trata-se, por isso, de uma previsão, mas também, claramente, de uma declaração de intenções que o Executivo toma ao construí-lo para a sua gestão corrente que, para alguém da área da gestão, é fundamental para qualquer instituição ou organização. _____

Continuou referindo que o orçamento para 2024 se assemelha aos outros dois apresentados anteriormente, de 2022 e de 2023, apenas com algumas *nuances* que passou a descrever. Assim, e de forma resumida, referiu que o orçamento apresenta um nível de incremento de cerca de 10%, face a 2023. O que representa nas suas contas, não 90 mil euros, como referido por Miguel Almeida, mas 50 mil euros a mais, relativamente ao orçamento do ano transato. Nesse sentido, referiu que são os 540 mil euros em orçamento para 2024, que são de despesa e de receita, sendo que do lado da receita existem duas grandes rubricas de onde advêm esses valores, a saber, 347 mil euros são transferências, de administração central e local, são 347 mil euros, mais 15 de capital, e 142 mil euros que vêm da venda de serviços e bens da própria Junta. Ou seja, 347 mil euros, 142 mil euros. Concluiu dizendo que estas duas rubricas contribuem com 90% daquilo que vai ser a possibilidade de gasto da Junta, sendo que 347 mil euros estarão, de certa forma, garantidos, 142 mil euros correspondem ao que a Junta prevê obter em termos de receita e, portanto, para contemplar as despesas que tem descritas no documento. _____

Informou, em seguida, que, do lado da despesa, existem dois tipos de despesas, as correntes e as de capital, em que as despesas correntes são de 487 mil euros, ou seja, a Junta prevê gastar em termos correntes 487 mil e 400 euros, tendo passado a analisar os valores em termos de variação: enquanto que o orçamento variou 10%, ou seja, cresceu 10%, a variação nas contas das despesas, o que está dividido em várias rubricas, e deu como exemplo a rubrica Órgão Autarquia que tem um aumento de 17%, a Ação Social,



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

Saúde e Ambiente tem um aumento de 13%, o Serviço Administrativo tem um aumento de 9%, o Cemitério tem um aumento de 17% e a Educação, Juventude, Cultura e Tempos Livres tem um decréscimo de 12%, ou seja, no orçamento para este ano está previsto um decréscimo nesta rubrica de cerca de 12%. Neste ponto, Joaquim Sousa colocou a sua primeira questão, a saber, se a redução nesta rubrica Educação, Juventude, Cultura e Tempos Livres, não coloca problemas na execução ou no desempenho da atividade normal da Junta quanto a este tema. No sentido de esclarecer sobre a sua questão, acrescentou que este cenário acontece nesta rubrica porque é a única que não tem remunerações, portanto, todas as outras rubricas, como têm remunerações, potencialmente têm um acréscimo mais significativo do que o próprio orçamento, o que considerou grave. Em seguida colocou uma questão que se prende com o surgimento de uma nova rubrica nas despesas, no Órgão de Autarquia, em Famílias e outros, surgindo o valor de 7.900 euros para Programas Ocupacionais. Reiterou que esta rubrica não aparecia nos outros anos pelo que gostaria de perceber se tem a ver com o IFP ou não. Considerou tratar-se esta de uma questão técnica, mas que lhe interessava particularmente por estar no órgão de administração, sendo que a sua questão é mais a localização dela, estar no órgão e não na Ação Social ou outra rubrica qualquer. Sintetizou dizendo que considera a redução de 12% anteriormente explorada demasiado expressiva para uma rubrica que já não tinha grande expressão no orçamento da Junta.

Em seguida, referiu que o orçamento não é só feito de despesas correntes e receitas correntes, mas que tem também uma componente de capital e investimento, estando previsto, no caso presente, receitas de capital na ordem de 18 mil euros e despesas de 53 mil euros. Em síntese, frisou que o exposto o fez ficar com a sensação de que o presente orçamento era pouco ambicioso, pelo que passou à análise do mesmo em termos macro, referindo que decidira pegar na mensagem do Presidente, que acompanha o documento, e destacar alguns aspetos que lhe pareceram curiosos, nomeadamente, a referência ao clima de incerteza que afeta o orçamento. Concordando que vivemos atualmente num clima de incerteza, salienta que também já existirá alguma habituação à vida dessa forma, pelo que o possível clima de instabilidade afetará cada vez menos a gestão corrente de uma Junta de Freguesia. Acrescentou que a leitura do parágrafo 8 e seguintes, reflete essa mesma falta de ambição quando repete termos como “continuar” e “manter”, sendo que, na sua perspetiva, e estando já no terceiro ano de mandato, dever-se-ia estar a assistir a um orçamento mais ambicioso e menos conservador por parte do Executivo. Em seguida, continuou a sua intervenção mencionando o parágrafo em que se refere que se pretende

209



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

dar força a obras que se encontram elencadas e previstas nos compromissos com os Madalenenses, referência já encontrada em orçamentos anteriores, nomeadamente no de 2022, onde também se diz que o objetivo da Junta é insistir com o município para o início das obras da VL3 e pugnar pelo lançamento do projeto para a fase 3 desta tão importante via da freguesia, acompanhar a evolução do processo de construção do Auditório Municipal do Orfeão da Madalena, concretizar, em parceria com as Águas de Gaia e a Câmara Municipal de Gaia, a aquisição de terrenos e o início da construção do Parque Urbano de Madalena, preparar as condições para a recuperação do edifício da Casa das Tílias, ou seja, havia referência, no primeiro ano, a projetos com alguma ambição e com alguma amplitude que, no orçamento de 2023, já foi de alguma forma reduzido e, no presente orçamento, quase desapareceu, ou seja, na sua opinião, na componente de capital existem apenas duas rubricas significativas: uma consiste nos arruamentos no valor de 15 mil euros, que está previsto e que é compensado com uma receita prevista do município, e a outra são as obras no edifício sede, orçadas em 20 mil euros e que deduz que serão cobertas com receitas correntes, o que referiu ser desajustado, já que prevê receitas correntes para cumprir despesas correntes.

Em seguida, e fazendo referência ao parágrafo 18, com o qual concordou, menciona-se a importância do aumento das receitas próprias. No entanto, verificou que este orçamento prevê a redução do peso relativo das vendas de serviços, ou seja, se é tão importante, e será no seu entendimento, a tal venda de serviços, no presente orçamento está prevista uma redução de receitas, representando, no presente momento 26% do orçamento, que era aquilo que representava em 2022, quando em 2021 já representou 28%. Para concluir, referiu que estão perante um orçamento onde se verifica alguma estagnação, alguma contração em determinado momento, provocado naturalmente pelo peso das remunerações, o que considerou dramático, pois vai reduzir a margem de manobra da Junta. Acrescentou que, no seu entender, esta tem sido a tendência, e nos três anos de orçamentação e mesmo de execução, tem-se assistido a esta tendência. O desinvestimento significativo em vez de capital, ou seja, a contração das receitas próprias, a ser verdadeiro e de acordo com o previsto no orçamento, vão ter consequências negativas na Junta de Freguesia, num futuro muito próximo. Mais acrescentou que, se no próximo ano houver o problema novamente do aumento do salário mínimo e respetivos aumentos das remunerações da função pública e da atualização de carreiras, naturalmente o orçamento da Junta de Freguesia vai ficar cada vez mais estreito, no que à parte da gestão própria diz respeito.



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

Defendeu, assim, que é necessário conseguir receitas próprias, para satisfazer remunerações, parecendo-lhe que chegar a um ponto desses é um limite. Finalmente, aludiu à intervenção de Ângela Moreira para concluir que o modelo de financiamento está errado, havendo um desajuste entre o modelo de financiamento e aquilo que é necessário, o que é muito negativo, nomeadamente para uma Junta de Freguesia que é aquilo que se quer de proximidade. Acrescentou que, quando se diz que a Junta de Freguesia é o órgão mais próximo das pessoas, lhe parece que se está a cortar a possibilidade de a Junta de Freguesia ter essa capacidade de gestão e ficar apenas e só a gerir os recursos com o pessoal, os gastos com o pessoal que tem, e pouco mais. Terminou a sua intervenção reiterando que, no seu entendimento, se trata de um orçamento curto, com redução da receita própria, e que gostaria sinceramente, e pela ambição que conhece do Presidente, que estivessem numa fase em que haveria mais ambição. Renovou ainda o seu parecer de considerar estes cortes na receita desajustados, dando como exemplo o desenvolvimento de alguns eventos que se foram fazendo, o Mad'Fest, a Casa Natal, que se vê que há procura dessa receita, mas que não se vê refletida no orçamento, o que no seu entender, é mau sinal. Sendo só um orçamento, este foi construído com base nas ideias e naquilo que hoje se conhece e vai ser a realidade nos próximos 12 meses. _____

Terminada esta intervenção, e como o Unidos pela Madalena não quis intervir, foi dada a palavra à bancada do PS, na pessoa de Bruno Oliveira, que referiu que o plano continua e não desvirtua aquilo que foi o programa eleitoral apresentado aos Madalenenses, congratulando o Executivo por isso. Discordou da acusação da falta de ambição, já que na sua análise, não tão técnica como a do interveniente do PSD, verifica-se que não existe, no presente momento, forma de contornar a absorção do orçamento, nomeadamente pelos custos com pessoal, na ordem dos 10%, num orçamento tão pequeno. Não obstante, salientou que faz parte do programa eleitoral do PS o aumento das receitas próprias da Junta de Freguesia e é o que o Executivo tem tentado fazer, dando cumprimento àquilo que propôs em eleições. Não obstante, e apesar de verificarem que a oposição concorda com a necessidade de aumento das receitas próprias recorrentes, quando o Executivo dá mostras e tenta trazer, ao longo do exercício do seu mandato, algumas iniciativas para aumento dessas receitas próprias, depara-se com as barreiras impostas por essa mesma oposição, referindo a título de exemplo, a proposta de transformação e otimização da Casa das Tílias. Nesse sentido, saudaram o Executivo, reconhecendo que tem, de facto, existido uma forte iniciativa para aumentar essas receitas. _____



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

Não quis o interveniente terminar sem deixar uma ressalva relacionada com a questão da inclusão referida anteriormente pela CDU, tendo lembrado os presentes que existe, no Município de Gaia, um programa que se chama GAIAaprende+i (inclusão), todo ele voltado para a inclusão, sinoterapia, hidroterapia para as crianças com necessidades especiais. Acrescentou que se trata de um programa absolutamente fenomenal, pelo que, apesar de ainda existir muito trabalho a ser feito, se pode dizer que não estarão assim tanto alguém no que a este assunto diz respeito. _____

Terminou referindo que, pelo exposto, é intenção da bancada do PS votar a favor do presente plano de orçamento, já que concordam inteiramente com o Executivo e reconhecem que há uma forte vontade e empenho em combater o problema causado sobretudo pelos aumentos com o custo de pessoal. Votarão a favor não por disciplina partidária, mas porque são um partido, reconhecem que o são e não andam sob falsas bandeiras de independentes, são um partido que reconhece e apoia o Executivo. _____

Terminada esta intervenção, o Presidente Jaime Filipe deu a palavra a Domingos Barbosa, da bancada do PSD, que referiu constatar com alguma mágoa que o orçamento é pouco ambicioso e não se verifica, à semelhança de orçamentos anteriores, alocação de nenhuma verba relativamente aos terrenos do Parque do Moinho de Bocas, deduzindo daí duas situações: ou o projeto foi abandonado, o que lamentam se for o caso, ou se, de facto, uma vez que havia ali uma verba de 20 mil euros e agora não consta, se já compraram o terreno e aparecerá nas contas do exercício 2023, a apresentar em março. Refere a sua preocupação sustentada pela situação de, já no executivo anterior, terem sido alienados terrenos que ali constavam, e que tinham sido comprados por uma presidência PSD e que pretendia continuar a alargar por via a fazer o tão pretendido parque, como era uma bandeira do seu programa. Partilhou com os presentes a sua concordância com o Presidente da Junta no que se refere à prioridade de fazer primeiro o parque e só posteriormente se recuperar o moinho, já que não faz sentido o investimento para depois ficar abandonado. Neste sentido, colocou as seguintes questões: o Executivo abandonou de facto o parque? Se abandonaram o parque, para onde foram os 20 mil euros que constavam para comprar terrenos e não constam? Vão comprar terrenos? Afirmou, ainda, saber que isto tem a ver também com a participação das Águas de Gaia. Concluiu referindo que, atendendo a que este percalço contraria aquilo que é o programa do PSD para os Madalenenses, e pelas razões que já foram apresentadas, a bancada do PSD não acompanha favoravelmente este voto. _____



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

Em seguida, foi dada a palavra ao Unidos pela Madalena, tendo Eduardo Loureiro comentado a intervenção de Bruno Oliveira, do PS, no que se refere ao respeito que é devido a todos os partidos políticos, mas também pela parte das pessoas, já que o facto de se dizer na presente Assembleia que não têm falsas bandeiras, o Unidos pela Madalena também não as tem. Assumiu pensar que o Partido Socialista, no seu diálogo político, que seguem com interesse tal como os outros, aproveitasse a ocasião para dizer que a cidadania, os independentes, porque só não foram totalmente independentes porque não têm um aparelho político que possa suportar uma campanha, como os restantes têm, precisam de se cotizar em esforço, em dinheiro, em vontade, em querer e em disponibilidade. Lembrou ainda, a título de curiosidade, que ficaram a um ponto do segundo lugar e a cinco pontos do primeiro. Recordou, ainda, os presentes que não são independentes, porque em toda a sua atuação, ao longo dos seis anos de existência, quando é necessário reforçar, apoiar, louvar, elogiar e até dizer que estão lá para ajudar o Executivo, é o que têm feito, sendo que o Executivo tem sido socialista, pelo que considera que deve ter ouvido mal as palavras do líder da bancada do PS, embora considere que não é seu costume entender mal.

Em seguida, o Presidente da Assembleia deu a palavra a Ângela Moreira, lembrando os presentes que as coisas devem ser discutidas, já que estamos em democracia, mas que existe uma ordem de trabalhos que é preciso seguir.

Tomou a palavra pela bancada do CDU Ângela Moreira que se dirigiu a Bruno Oliveira para explicar que, quando se fala em inclusão não se refere só a crianças, é uma amálgama, e é por essa razão que de início propôs que o termo inclusão desaparecesse, porque as pessoas com deficiência têm de ter os mesmos direitos. Acrescentou que atualmente se luta para que os animais tenham os mesmos direitos que os humanos, no entanto, irá sempre insistir na inclusão, na deficiência, o tempo que estiver na Assembleia. No que se refere à Casa das Tílias, disse que adoraram o projeto, estão a favor dele e sobre a forma como foi feito, não quis entrar nesse tema. Salientou que apenas querem respostas às perguntas colocadas.

No seguimento da ordem de trabalhos, foi dada a palavra ao Presidente do Executivo, que passou a dar resposta às questões colocadas pelas diferentes bancadas. Assim, Miguel Almeida agradeceu as intervenções de todos e começou por reiterar as palavras de Joaquim Sousa, já que este referiu o peso das despesas com a rubrica Pessoal, lembrando



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

que, com o presente Executivo, a Junta não contratou ninguém, pelo que considera ambicioso, a continuar assim, conseguir abrir a porta e fechá-la convenientemente. A propósito da questão sobre o que era a rubrica Família, esclareceu que a Junta de Freguesia, para além de pagar os ordenados dos funcionários, tem de pagar também as subvenções, os abonos dos filhos dos trabalhadores da Junta que estudem, até aos 23 anos. Quanto à questão dos eventos que têm sido dinamizados para a comunidade, Miguel Almeida referiu que, por responsabilidade provavelmente do Executivo, nunca esclareceram muito bem essa questão, mas que eventos como o MAD'FEST ou a Casa Natal não trazem qualquer receita para a Junta. Pelo contrário, levam, ainda que pouco, algum do orçamento, que mais não é afetado devido ao grupo de voluntários extraordinários, que se dedicam a esses eventos, para que a Junta não tenha custos com o pessoal, nem a necessidade de alocar pessoal da Junta, para não afetar outros trabalhos durante a realização dos eventos. Concluiu, portanto, que esses eventos não dão receita. No que concerne à redução das receitas próprias e no que ao cemitério diz respeito, foi referido que, contrariamente a críticas de anos anteriores, em que se previa a receita em alta e a execução era baixa, este ano foi feita uma diminuição na previsão de receita do cemitério.

Relativamente aos arruamentos, e apesar de o Executivo desejar a melhoria desta área já este ano, tal poderá não ser possível. Quanto às obras que ainda não viram luz, que reportam ao relatório do ano anterior, foi dito que faz sentido a continuação da VL3, do Auditório Municipal do Orfeão da Madalena e do Parque Urbano de Bocas. No entanto, acrescentou que, como se pode constatar no plano plurianual, a verba é muito pequena, porque o modelo mudou para a aquisição total das Águas de Gaia. Mais concretamente sobre o Parque Urbano foi referido que a verba existia para a aquisição, mas não havia capacidade técnica nem financeira para intervir no terreno, mas que este projecto não ficaria abandonado. Reiterou que, no dia que as Águas de Gaia fizessem a escritura, o Executivo estaria ao lado a fazer as Escritura da sua parte.

Quanto à questão da incerteza, Miguel Almeida esclareceu que escrevia sobre a incerteza na Câmara de Gaia, já que esta tem tido algumas dificuldades, que são do conhecimento de toda a gente, e que se refletem também no terreno e na Junta.

Salientou que gostaria muito de ter autonomia financeira para tomar determinadas decisões, mas que não pode optar por gastar o que quer, como quer, pois, se quiser fazer uma reabilitação com mais músculo, com mais visibilidade, terá de ir à Câmara Municipal pedir dinheiro. Deu como exemplo a reabilitação da Casa das Tílias e o edifício sede da



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

Junta, o valor do orçamento é pequeno, pois apenas existe para manter a rubrica aberta, para que a Câmara de Gaia contribua, já que não é com 20 mil euros que se conseguirá uma obra desta envergadura. Para ilustrar melhor a ideia, referiu o fundo a concurso para a reabilitação dos imóveis para acessibilidades, com um valor máximo de benefício de 13 mil euros por edifício, sendo que a Junta precisa de 25 mil euros para o elevador da Casa das Tílias, pelo que se necessita de um apoio da Câmara com os 12 mil euros de diferença, no caso de a Junta ganhar o concurso.

No que se refere ao Associativismo, às instituições, referiu que as receitas têm várias origens: o Fundo de Financiamento de Freguesias, este ano de 2023 para referência, 118 mil euros, da DGAL 144 mil e a Câmara de Gaia 51 mil, ou seja, as fontes de financiamento externas do financiamento público.

Informou que para as eleições, está indicada na página 2, uma verba de 5 mil euros. Reiterou que, para a reabilitação da Casa das Tílias, há várias ideias, onde se inclui um projeto arquitetónico na Câmara Municipal em discussão, pelo que se aguardam decisões nesse âmbito.

Quanto ao psicólogo, referiu tratar-se de um projeto da Câmara Municipal em que se pretendeu atribuir um psicólogo a cada duas freguesias, sendo que a Madalena partilha a psicóloga com a União de Freguesias de Mafamude e Santa Marinha. A Junta não só dá o local, como também faz parceria com a psicóloga, que estará na Madalena uma vez por semana, às terças-feiras. A ação será coordenada com a técnica de Ação Social da Madalena, pelo que existe uma agenda em comum entre estes dois serviços. Além disso, mencionou que tanto a Unidade Saúde Familiar da Madalena e o Agrupamento de Escolas dispõem de uma psicóloga, embora não a tempo inteiro. Em seguida e, no que diz respeito a rendas para a Junta, referiu a Casa das Tílias, com a Instituição Madalena Amar, que rende 500 euros por mês, a Lojinha do Cemitério, o rés-do-chão da Casa das Tílias, com a Associação de Solidariedade da Madalena, arrendado já há muitos anos. Terminou este assunto referindo que estão previstas mais duas fontes de financiamento próprias, tendo uma já sido despachada no dia anterior, e a próxima sê-lo-á durante 2024, pelo que serão apresentadas em Assembleia para serem aprovadas. Considerou que são ações que levam o seu tempo, mas cujos resultados se espera venham a valer o esforço e o trabalho investidos.

Quanto ao IFP, foi referido que há sempre a possibilidade de contratar alguém para trabalhar na Junta através do fundo de desemprego, pelo que se trata de uma verba que ainda terão de devolver, se não for usada.



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

Terminada a intervenção de Miguel Almeida, foi dada a palavra a Joaquim Sousa do PSD, que retomou a questão do cemitério para referir que considera ser um valor que está muito desorçamentado. Menciona que para jazigos e sepulturas apresenta-se uma rubrica de 90 mil euros, sendo que a concretização da última aprovação de contas tinha 58 mil euros, tendo sido explicado pelo Executivo, que tinha feito vários esforços de recuperar dívidas antigas. Concluiu dizendo que, com toda essa recuperação, ter previsto no presente orçamento 90 mil euros, pareceu-lhe, demasiado. Congratulou, no entanto, o Executivo pelas notícias do aumento da receita própria, já que, como explicou anteriormente, considera ser esse o caminho imediato, embora defenda que o modelo de financiamento tenha de ser alterado. A Junta de Freguesia tem de ter outro tipo de capacidade de resposta às solicitações das populações. E essa capacidade de resposta tem a ver com a autonomia financeira a que o Executivo aludiu e que diz pretender. Acrescentou que no ano 2023 existiu um *superavit* de 20 mil euros, e acreditando que no presente ano terão uma situação semelhante, se existem rubricas que são desvalorizadas em termos de orçamentação, vão ter dificuldades em concretizar, e depois, por outro lado, têm a Junta a lutar por uma autonomia financeira que se traduz na retenção de algum destes orçamentos, dessa receita versus despesa, parece-lhe que estão a ir num sentido errado. Defendeu que compreende perfeitamente a necessidade de se ter equilíbrio e de se ter alguma almofada, mas solicitou que compreendam também que, perante as dificuldades, e quando se fala em cento e tal mil euros de receitas, ter 90 com sepulturas, que no seu entender não se vão concretizar, vai reduzir objetivamente a receita no final do ano. Acrescentou que depois de se ter 20 mil euros de poupança ou de retenção, para efeitos de autonomia financeira, que referiu entender na perspetiva de continuidade e de futuro, não obstante lhe parecer haver ali um desajuste. Entendeu que há demasiado esforço para obter a autonomia financeira, e a independência política que, referiu, nunca terão de todo. Reiterou que o modelo financiamento está errado e que se deve conseguir dos organismos públicos maior receita para ajudar nessa tal proximidade da Junta de Freguesia, sendo que a ambição de autonomia pode, em determinado momento, fazer colapsar algumas das opções e algumas das valências que a Junta de Freguesia devia dispor para os seus fregueses.

Em resposta, o Presidente do Executivo referiu que estavam de acordo no que se refere ao modelo de financiamento e quanto ao subfinanciamento. Quanto à verba, referiu que era claramente a prudência que os levava um pouco à presente situação. Concluiu referindo que no ano transato os processos complicados dos abandonos de sepulturas



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

atrasaram a recuperação e venda das mesmas, estando em crer que tudo será mais célere em 2024. _____

Não havendo lugar a mais nenhuma intervenção, passou-se à votação das opções do plano e orçamento para 2024, nos termos da alínea a) n.º 1 artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo o Orçamento sido aprovado por maioria, com 7 votos a favor do PS e 2 do Unidos pela Madalena; 3 votos contra do PSD e 1 da CDU. _____

3.3. Apresentação, discussão e votação do Mapa de Pessoal/2024, nos termos da alínea a) n.º 1 artigo 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. _____

Neste ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo que referiu que o Mapa de Pessoal era igual ao do ano transato, mantendo uma vaga em aberto, que não poderá ser ocupada pelo exposto anteriormente. Terminada a intervenção de Miguel Almeida, foi dada a palavra a Ângela Moreira, da bancada da CDU, que mencionou não ter tido acesso ao anexo A, referido numa das páginas do documento entregue e que poderá ser importante na resposta às questões que tem para colocar. Em seguida, perguntou quantos e quais os trabalhadores que estão a receber o suplemento de penosidade e insalubridade (SPI), e qual é o seu valor. Acrescentou que no número 1 do artigo 3.º da Lei 93 de 2021, de 9 de novembro, diz que deve vir identificado anualmente e justificado no Mapa de Pessoal os postos de trabalho da carreira geral da ação de assistentes operacionais, cuja caracterização implica o exercício da função em condições de penosidade e insalubridade. Referiu que no orçamento de receita está descrito para o SPI o valor de 4.000 euros, pelo que não sabe se essa informação é a que consta do referido anexo A que mencionou não ter recebido. Referiu ainda a questão da não existência de motorista, no que se prende com a existência de regulamentos de autocondução, como o que existe na Câmara de Gaia, ou de regulamentação de condução de viaturas que garantem confiança jurídica aos seguros e legalidade para condução de viaturas da autarquia. Neste sentido, colocou a seguinte questão: se existe, e se existe, qual o instrumento nesta Junta de Freguesia que permite que uma qualquer pessoa, funcionário ou não, conduza as viaturas? _____

Não havendo outra bancada que quisesse usar do direito de intervenção, foi dada a palavra ao Presidente do Executivo para resposta, que agradeceu a intervenção da bancada da

217



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

CDU e esclareceu que não se trata de um anexo A, mas sim de uma remissão para o que diz no rodapé, que leu “posto de trabalho a preencher na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado”. Em seguida, e em resposta à segunda questão colocada, Miguel Almeida referiu que todos os funcionários que conduzem viaturas da Junta têm na sua designação de trabalho a possibilidade de conduzir a viatura. Quando a viatura é conduzida por alguma pessoa que não é da Junta, é enviada, juntamente com a autorização que é sempre dada em reunião do Executivo, uma carta que fica no carro, indicando que essa pessoa está autorizada a conduzir a viatura no percurso X a Y, contendo a sua identificação e número de carta de condução. Os voluntários recorrentes, as pessoas que fazem de motorista à terça e à quinta-feira, têm um cartão destes, de facto, que os habilita a poder conduzir uma carrinha sem destino, início e fim. Quanto ao SPI, foi referido que todos os trabalhadores de rua o recebem, sendo seis no total. Acrescentou que recebem mensalmente em função da perigosidade das suas funções e que pode ser de grau baixo, médio ou elevado. _____

Passou-se à votação do ponto 3.3, que foi aprovado por unanimidade. _____

3.4. Proposta de autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais, nos termos previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, e do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual. _____

Neste ponto da ordem de trabalho, foi dada a palavra ao Executivo que referiu tratar-se de uma proposta habitual na Assembleia do Orçamento, que se prende com a obtenção de autorização para renovar os contratos que ultrapassam um ano, a saber, água, eletricidade, MEO ou Vodafone. Acrescentou que se não se obtiver aprovação, não poderão renovar os contratos. _____

Não tendo nenhuma bancada solicitado o direito do uso da palavra, passou-se à votação, tendo o ponto 3.4 sido aprovado por unanimidade. _____



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

3.5. Análise, discussão e votação da proposta do Executivo para contratação de empréstimo de curto prazo ou abertura de crédito de acordo com o disposto no n.º 1, art.º 55 da Lei 73/2013 de 03 de setembro.

Neste ponto da ordem de trabalhos, foi novamente dada a palavra ao Presidente do Executivo que esclareceu tratar-se de mais uma proposta recorrente, não sendo mais do que um instrumento financeiro disponível, que nunca usaram e que esperam não vir a usar, dado existir apenas para permitir uma folga orçamental a usar em situações de crise. Em seguida foi dada a palavra a Joaquim Sousa, da bancada do PSD, que perguntou se não era possível negociar uma taxa de juro inferior à apresentada, de 9,68% que lhe parece desajustada à realidade da situação.

Seguidamente, o Presidente do Executivo respondeu que não há história de recurso a esse dinheiro pela Junta de Freguesia, pelo que, habitualmente, não se faz muito caso disso, já que a ideia é, de facto, não usar. No entanto, anuiu que faz sentido que a taxa de juro seja negociada, já que pode vir a ser necessário.

Finalmente, passou-se à votação, tendo o ponto 3.5 sido aprovado por unanimidade.

Nesta altura, e estando já perto da meia-noite, o Presidente da Assembleia solicitou aos membros das bancadas autorização para prolongar a presente sessão ordinária. Obtida a referida autorização, passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

3.6. Toponímia - Proposta a submeter à Câmara Municipal - al. w) n.º 1 art.º 16 da Lei 75/2013).

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Executivo que mencionou tratar-se esta da recuperação de uma proposta anterior, que consiste em atribuir uma toponímia a uma via na Freguesia. Já tinham feito essa proposta para a VL3, mas como é do conhecimento de todos, a Câmara Municipal queria que as vias de ligação tivessem nomes de personalidades supra-freguesias ou nacionais. O Executivo continua a acreditar no mérito da proposta e, neste caso, entre a VL3 e a Rua da Lavoura, aquele bocadinho de rua que fica desafetado do nome Rua de Loureiro, de pôr essa rua a denominação de “Rua do Voluntariado”.



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

Foi dada a palavra a Joaquim Gomes, do Unidos pela Madalena, que perguntou ao Presidente do Executivo se os moradores foram ouvidos relativamente à alteração do nome da rua, tendo o Presidente esclarecido de que rua se tratava e na qual não havia moradores. Esclarecido o equívoco, foi retirada a questão da bancada do Unidos pela Madalena. _____

Foi dada a palavra a Ângela Moreira, da bancada da CDU, que referiu que, na sua opinião e segundo o que percebera da lei, esta questão não teria de ir à votação, já que se trata de uma proposta a submeter à Câmara de Gaia. É da competência da Junta de Freguesia emitir parecer sobre a denominação das ruas e praças, colocar e manter placas toponímicas, mas compete à Câmara Municipal estabelecer a denominação após parecer da respetiva Junta de Freguesia. Neste sentido, acrescentou que cabia à presente Assembleia somente dar a conhecer e participar, não tendo de ir à votação. _____

O Presidente da Assembleia anuiu e passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. _____

3.7. Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade referente ao período de setembro a dezembro e situação financeira da freguesia, nos termos da alínea e) n.º 2 do artigo 9.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. _____

Neste ponto da ordem de trabalhos, foi dada a palavra ao Presidente do Executivo, que referiu que apenas gostaria de salientar o que tem sido feito na modalidade de Boccia, nomeadamente no Boccia Sénior. Mencionou que se trata de uma atividade a que se têm dedicado muito, com o apoio do Orfeão da Madalena. Disse ainda que a Federação dinamizou, com o apoio da Junta de Freguesia, no passado dia 6, o primeiro torneio de Boccia Sénior a realizar-se na Madalena, para o Campeonato Nacional, tendo a nossa equipa ganhado o torneio. Neste sentido, referiu que isso significa que é uma modalidade a ganhar força não só para os seniores, mas também para toda a gente, ficando todos convidados a participar e a jogar. Manifestou ainda o seu orgulho pela equipa que se está a formar. _____

Finalmente, e no que concerne à situação financeira, esta está escrita e era de 49.831 euros no final de outubro, sendo que já foi gasto algum dinheiro, pelo que, em valores atualizados para novembro, esse valor corresponde a 38.730,81 euros. _____



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

Nenhum membro da bancada quis exercer o seu direito de intervenção sobre este assunto.

Nesta altura, foi dada a palavra a Bruno Oliveira, que desejou boas festas a todos os presentes. _____

O Presidente da Assembleia referiu que a ordem de trabalhos ainda não estava concluída, pelo que passou ao ponto 4 da mesma. _____

4. Segundo período de intervenção do público. _____

Neste ponto da ordem de trabalhos, foi dada a palavra ao senhor João Duarte que cumprimentou os presentes e começou por agradecer a reparação da tampa de saneamento, tendo, no entanto, referido que outra, a cerca de 50 metros, se encontra na mesma situação, e é perigosa para motociclistas. Em seguida, solicitou tempo para contar a história da Casa das Tílias, que utilizou para justificar o facto de considerar que a Junta de Freguesia deve gratidão à família, que vendeu e facilitou a compra da Casa das Tílias, e não colocar à venda o jazigo da família. Referiu ainda a recuperação do Mirante, enquanto parte da história, e desejou um bom Natal aos presentes. _____

Seguidamente, foi dada a palavra ao senhor Luís Nunes, que cumprimentou os presentes e referiu-se à intervenção sobre a rede de transportes Unir. Considerou que houve, de facto, muitas dificuldades, no entanto, referiu não compreender por que razão ninguém se preocupou com o facto não existir uma carreira a atravessar para o lado da VL3. Salientou que tem vindo a desenvolver diligências junto da Junta de Freguesia da Madalena e da Junta de Freguesia de Vilar do Paraíso (área da sua residência), de forma que o autocarro 903 possa ir ao Maninho dar a volta, o que seria muito benéfico para todos. Apesar de lhe ter sido dito que essa situação talvez se pudesse verificar a partir de janeiro, considerou que talvez assim não fosse, pelo que defendeu a importância de haver uma carreira da Unir que fizesse o trajeto anteriormente referido, já que a atual carreira que passava para o lado de lá do pontão, atualmente vira para a Rua das Matas. Considerou, em seguida, que mais pessoas deviam participar destas Assembleias públicas, sendo que era de todo o interesse uma maior divulgação das mesmas. Finalmente, referiu-se à questão dos arruamentos mencionando que as ruas estão, de



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

facto, muito danificadas, pelo que constituem um perigo à segurança de quem circula. Terminou desejando um bom Natal a todos. _____

Foi dada a palavra ao Presidente do Executivo que agradecendo as palavras do senhor Luís Nunes, disse que tem conhecimento do buraco na rua referida, já que ele próprio a utiliza, pelo que o Executivo vai tentar retificar essa situação. _____

Em seguida, e em resposta ao senhor João Duarte, referiu a sua gratidão por toda a gente, nomeadamente, pelo próprio senhor Duarte, pela compra efetuada há muitos anos, mas considerou, a título pessoal, que a família não esteja muito interessada no património que tem, já que a resposta obtida, enviada pelo advogado, expressa claramente a vontade de vender. Referiu ainda que a compra efetuada da Casa das Tílias se tratou de um negócio e não de uma doação ou de uma redução substancial no preço. Acrescentou que, de facto, as condições de pagamento por prestações foram benéficas, não obstante, tratou-se de um negócio de compra e venda. _____

Terminado o segundo período de intervenção do público passou-se à leitura da minuta da ata. _____

Não se tendo registado qualquer outra intervenção, e nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Jaime Filipe, agradeceu as intervenções, dando por encerrada a reunião, pelas 00 horas e 23 minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada e devidamente arquivada. _____

Esta ata contém (32) trinta e duas páginas.

Madalena – Vila Nova de Gaia aos doze dias de dezembro de dois mil e vinte e três.

O Presidente da Mesa:

O Primeiro Secretário:

O Segundo Secretário:

222